



Processo n.º03/13_UVP-FPC

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR
(DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC)

A. Identificação e Instrução

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 03.01.2013, contra o ciclista _____, portador da licença n.º _____, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo resultado positivo do controlo antidopagem realizado em 20.05.2012, com o código "Nutrição", e que veio a revelar a presença de Esteróides Anabólicos Naturais (substância proibida pertencente à classe S1.b da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos; entretanto revogada pela Portaria n.º 22/2013, de 23 de Janeiro, que mantém a qualificação da substância proibida)

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Presidente deste Conselho aquando da abertura do processo disciplinar.

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade - quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

B. Decisão

No relatório final do Exmo. Senhor Instrutor do processo, este propõe a aplicação, em concreto, ao Arguido, das seguintes sanções: "*Considerando tudo quanto acima se expôs, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos (artigo 61.º n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), acrescida da invalidação do resultado obtido na prova "Campeonato Nacional de Veteranos" (artigo 69.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho), da anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 20*



de Maio de 2012 (artigo 71.º da Lei nº 27/2009, de 19 de Junho) e, ainda, de uma sanção pecuniária, que atentas as circunstâncias do caso concreto se fixa em €1.500 (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC) por, em face das circunstâncias concretas, se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos.”.

Depois de analisado todo o processo, este Conselho discutiu a proposta do Exmo. Senhor Instrutor e, até pela inexistência de margem legal para qualquer discricionariedade ou subjetividade no que às penas de suspensão, invalidação e anulação diz respeito, unanimemente concordou com a mesma. **Decide-se, assim, no caso concreto, aplicar ao ciclista as seguintes sanções cumulativas:**

- **Pena de suspensão de dois anos** (nos termos do artigo 61º nº 1 da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- **Invalidação do resultado obtido na prova “Campeonato Nacional de Veteranos”** (artigo 69.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho);
- **Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 20 de Maio de 2012** (artigo 71.º da Lei nº 27/2009, de 19 de Junho);
- **Sanção pecuniária no valor de €1.500,00** (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), a pagar em 30 prestações mensais e sucessivas, cada uma no valor de €50,00 (cinquenta euros), vencendo-se a primeira no mês seguinte ao trânsito em julgado desta decisão.

Nestes termos, estando o ciclista suspenso preventivamente desde o dia 03.01.2013, o mesmo não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 02.01.2015 (conforme decorre da conjugação do disposto nos artigos 69.º e 70.º, ambos da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto).

Notifique-se a decisão ao Ciclista e à ADoP, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 16 de Abril de 2013

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA / FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO (adiante UVP/FPC), por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP), instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista com a licença nacional n.º , tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição (Campeonato Nacional de Veteranos), realizado no dia 20.05.2012, com o código "Nutrição", e que acusou a presença de *Esteróides Anabólicos Naturais* (substância proibida pertencente à classe S1.b., da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

No âmbito do processo disciplinar (adiante PD) foi realizado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas, *inter alia*, as seguintes diligências de instrução:

1. Foi recolhida prova documental (v. fls. 3 a 9 e 32 do PD);
2. Foi enviado ao Arguido, e este recebeu, o despacho de abertura do processo disciplinar e a nota de culpa (v. fls. 10 a 13 e 27 a 31 do PD);
3. Foram tomadas declarações ao Arguido (v. fls. 34 a 36 do PD);
4. Foi pedido um esclarecimento à ADoP (v. fls. 37 e 38 do PD).

O despacho de abertura do processo foi enviado ao Arguido no dia 04.01.2013, por correio registado com aviso de receção, e recebido por este no dia 10.01.2013 (v. fls. 10 a 13 do PD).

A nota de culpa foi enviada para o Arguido no dia 07.02.2013, para a mesma morada, mas no dia 11.02.2013 veio devolvida, com a indicação "*endereço insuficiente*" (v. fls. 16 a 20 do PD).

No dia 13.02.2013 procedeu-se novamente ao envio da carta, que veio uma vez mais devolvida, a 15.03.2013, desta feita com a indicação "*destinatário desconhecido na morada*" (v. fls. 22 a 25 do PD).

Perante isto, solicitámos à UVP-FPC a confirmação do endereço do atleta, tendo no dia 21.02.2013 recebido, via *e-mail*, a indicação de que a morada constante da base de dados da Federação estava incorreta e sendo-nos, então, facultada uma nova (v. fls. 26 do PD).

No dia 22.02.2013 foi, então, enviada novamente a nota de culpa para o Arguido, desta feita para a nova morada facultada, tendo a mesma sido recebida no dia 26.02.2013 pelo próprio Arguido, conforme confirma o aviso de receção (v. fls. 28 a 31 do PD).

O Arguido não constitui mandatário, mas respondeu à nota de culpa e compareceu na data agendada para a sua inquirição, tendo sido recolhido o seu depoimento (tudo a fls. 32 a 36 do PD).

O Arguido não requereu a junção de quaisquer documentos, nem a realização de diligências probatórias.

Oficiosamente, com vista à descoberta da verdade, foi pedido um esclarecimento à ADoP, de molde a confirmar se o medicamento que o Arguido confessou ter tomado teria, efetivamente, sido o responsável pelo resultado positivo da análise. A resposta da ADoP, na pessoa do Professor Dr. Luís Horta, não permitiu retirar conclusões definitivas a este respeito (v. fls. 37 e 38 do PD), mas visto que, em face da nova lei, a determinação deste facto não tem qualquer impacto na medida da pena a aplicar ao Arguido, achou-se despiciendo realizar mais diligências.

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do PD são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Neste ponto enunciaremos os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito, para determinar quais se consideram provados e não provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis, para depois concluir se o Arguido deve, ou não, ser condenado.

i) DA PROVA REALIZADA:

No presente inquérito, o Arguido vem acusado da prática de um ato de dopagem (p. e p. pelo artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho).

A acusação fundou-se no relatório de ensaio elaborado pelo Laboratório de Análises de Dopagem (v. fls. 9 do PD), no qual consta que na análise da amostra recolhida ao Arguido foi obtido um resultado por IRMS consistente com a administração de formas sintéticas de esteroides anabólicos naturais (substância proibida pertencente à classe S1.b. da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

O Arguido prescindiu da análise da amostra B (vulgo, contra-análise), conformando-se, portanto, com o resultado da análise da amostra A (v. fls. 7 e 35 do PD).

Na resposta que apresentou à nota de culpa disse que "Eu, venho por este meio manifestar o meu arrependimento pelo controle positivo ao qual fui sujeito. Foi um acto de fraqueza que nunca deveria ter acontecido. Sou atleta federado há alguns anos, com alguns títulos conquistados a nível nacional e já fui sujeito a muitos controles anti doping, quer em minha residência quer em provas oficiais e nunca acusou positivo á excepção deste em causa, facto pelo qual apelo a ter em consideração na pena a aplicar." (v. fls. 32 do PD).

Aquando da sua inquirição, reiterou a confissão e o arrependimento já antes manifestados por escrito, e especificou que "(...) tomou uma ampola injetável do medicamento Deprol® e que foi isto que gerou o resultado positivo. Perguntado como obteve o medicamento e como procedeu à toma, respondeu que o comprou numa Farmácia em [redacted], não sabe o nome, mas disse que fica junto ao Centro Comercial, à entrada da cidade) e foi o próprio declarante que procedeu à sua injeção, por via intramuscular. Questionado em que dia procedeu à toma, o declarante não soube precisar, mas informou que terá sido cerca entre 10 a 15 dias antes do controlo antidopagem (que ocorreu em 20 de Maio de 2012). Perguntado se o dito medicamento Deprol® é sujeito a receita médica, respondeu que sim. Questionado se tinha receita quando o adquiriu, respondeu que não. Perguntado se conhece alguém na Farmácia onde comprou o medicamento, respondeu que não. Inquirido se lhe pediram a receita, aquando da compra, respondeu que não. Mais disse que quem o atendeu foi uma pessoa do sexo feminino, com cerca de 1 anos de idade, e de quem não sabe o nome. Inquirido se a Farmácia de [redacted] foi a primeira onde tentou obter o medicamento, disse que sim. Mais acrescentou que se deslocou a Santarém e não comprou o medicamento na sua área de residência [redacted], porque não queria ser reconhecido. Questionado como teve conhecimento deste medicamento e para que efeitos o tomou, respondeu que se sentia em 'baixo de forma' e procurou na internet o que o poderia ajudar para poder obter uma boa classificação no 'Campeonato Nacional de Veteranos'. Viu alguns sites (especialmente sites brasileiros, de ginásios) e descobriu este medicamento, que atendendo à sua sintomatologia lhe parecia o ideal para o que pretendia. Perguntado se falou com alguém antes da toma, para obter esclarecimentos sobre o medicamento, respondeu que não. Perguntado se mais alguém sabia que estava tomou (ou que ia tomar) este medicamento, respondeu que até ter conhecimento do resultado positivo não deu conhecimento a ninguém. Inquirido se sentiu algumas melhorias na sua performance desportiva após a toma, respondeu que obteve melhores níveis de resistência ao esforço. Questionado por que motivo prescindiu da contra-análise, respondeu que tem consciência do que fez e, como tal, só lhe restou assumir a responsabilidade do ato que praticou. Perguntado por que motivo não declarou a toma do dito medicamento Deprol® aquando do preenchimento do Formulário do Controlo Antidopagem, respondeu que sabia o que estava a tomar continha corticoides, que é uma substância proibida e, como tal, preferiu ocultar essa informação." (v. fls. 34 e 35 do PD).

Feita a análise do Formulário do Controlo Antidopagem verificou-se que o Arguido, aquando da recolha da amostra, apenas declarou a toma de "polivitamínicos", o que, consabidamente, não justifica o resultado positivo da análise (v. fls.8 do PD).

De molde a tentar confirmar a veracidade das afirmações feitas pelo Arguido, pesquisamos na internet, nomeadamente no site do INFARMED, pela bula do tal medicamento Deprof®, mas sem sucesso. Pelo que, oficiosamente, optámos por solicitar esclarecimento à ADoP, que veio a responder, na pessoa do Professor Dr. Luís Horta, nos seguintes termos: "*Desconheço um medicamento com esse nome. Pode haver uma confusão com o medicamento Diprofos, que contem como princípio ativo um glucocorticosteroide proibido, mas que não justica o resultado positivo em apreço.*" (v. fls. 38 do PD).

O Arguido não requereu a inquirição de testemunhas, nem juntou outra prova.

ii) DOS FACTOS PROVADOS:

Perante os elementos recolhidos, temos como provados os seguintes factos:

1. No dia 20 de Maio de 2012, durante a prova "Campeonato Nacional de Veteranos", o Arguido foi sujeito a um controlo antidopagem realizado pela ADoP (Autoridade Antidopagem de Portugal), com o nome de código "NUTRIÇÃO" no qual lhe foi recolhida a amostra n.º2599790.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 8 do PD, que é o Formulário do Controlo Antidopagem da ADoP.

2. A análise realizada à amostra n.º A2599790 revelou a presença de *Esteróides Anabólicos Naturais*.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 9 do PD, que é o Relatório de Ensaio do Laboratório de Análises de Dopagem da ADoP.

3. Notificado do resultado adverso, o Arguido prescindiu da análise da amostra B2599790, aceitando assim os resultados da amostra A2599790.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 7 do PD e pela confissão do Arguido, a fls. 35 do PD.

4. O Arguido administrou, no seu organismo, a substância proibida *Esteróides Anabólicos Naturais*.

Este facto foi provado pela confissão do Arguido, conforme documento constante de fls. 32 do PD e auto de declarações, a fls. 34 e 35 do PD.

Não ficam provados os seguintes factos (alegados pelo Arguido e que, portanto, lhe caberia demonstrar):

1. O resultado positivo da análise ficou a dever-se à toma, por injeção, de uma ampola do medicamento Deprof®.

Competindo o ónus da prova ao Arguido, este não apresentou qualquer elemento probatório que confirmasse a sua alegação. Ademais, ao que parece, o medicamento referido nem sequer existe.

- Conclusões

Os elementos recolhidos são suficientes para, nos termos conjugados do disposto nos artigos 9.º e 6.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, podermos afirmar, com segurança, que o Arguido administrou a substância proibida no seu organismo e, como tal, praticou o ato de dopagem de que vem acusado.

iii) DO DIREITO:

Importa agora considerar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima descritos.

Nos temos do disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, a presença numa amostra recolhida a um praticante desportivo de uma substância proibida constitui violação das normas antidopagem. Acresce que, nos termos do artigo 6.º n.º1 da citada Lei, o praticante desportivo é responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença.

Interessa relembrar que à data da prática da infração se encontrava em vigor a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, a qual, entretanto, veio a ser revogada pela Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto. Ora, nos termos do disposto no artigo 2.º n.º1 do Código Penal (aqui aplicável por analogia), "*As penas e medidas de segurança são determinadas pela lei vigente no momento da prática do facto (...)*", sendo que depois o n.º 4 exceciona, dizendo que "*Quando as disposições penais vigentes no momento da prática do facto punível forem diferentes das estabelecidas em leis posteriores, é sempre aplicado o regime que concretamente se mostrar mais favorável ao agente (...)*".

É inequívoco que a nova lei antidopagem (Lei n.º 38/2012) estabelece um regime sancionatório objetivamente mais favorável, no que respeita à pena de suspensão da atividade desportiva aplicável. De facto, face à nova lei, em vez do período de suspensão poder ser fixado entre os 2 a 8 anos, o ilícito disciplinar praticado pelo Arguido passa a ser "*punido com pena de suspensão pelo período de 2 anos.*" (nos termos do disposto no artigo 61.º da citada Lei n.º 38/2012).

Ora, em respeito pelo princípio constitucional do tratamento mais favorável, presente no artigo 29.º n.º4 da Constituição da República Portuguesa e no Código Penal, impõe-se a aplicação ao Arguido, nesta matéria, do regime sancionatório constante da nova lei (quanto ao regime de suspensão da atividade desportiva, visto que no demais, as sanções acessórias se mantêm inalteradas).

Assim, dos circunstancialismos *supra* expostos, conforme notificado ao Arguido na nota de culpa e com a retificação notificada aquando da sua inquirição (v. fls. 34 do PD), em virtude da alteração legislativa ocorrida, não obstante a infração ter ocorrido ainda durante a vigência da Lei n.º 27/2009, no caso concreto, a conduta de que vem acusado é punível com as seguintes sanções cumulativas:

- a. Pena de suspensão da atividade desportiva por um período de 2 anos, nos termos do artigo 61.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto);
- b. Invalidação do resultado individual obtido na prova "Campeonato Nacional de Veteranos", nos termos do disposto no artigo 69.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho.
- c. Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após a recolha da amostra, nos termos do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho; e,
- d. Multa de €1.500 a €3.000, nos termos do disposto no artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.

III. MOTIVAÇÃO E DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

Os factos recolhidos permitem concluir pela existência de dolo (nos termos do disposto no artigo 14.º do Código Penal). Com efeito, o Arguido assume que tomou uma substância, a qual sabia ser proibida, que o fez sem a colaboração ou conhecimento de terceiro e com o fito de melhorar a sua performance desportiva.

Para além da culpa do agente, a determinação da medida da sanção deve ainda ter em conta as exigências de prevenção, bem como as circunstâncias atenuantes ou agravantes que depuserem a favor, ou contra, o praticante desportivo (v. artigo 14.º n.º2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e artigos 71.º e 72.º do Código Penal). Feita esta avaliação, o decisor estará habilitado a aplicar, fundamentadamente, a pena ajustada ao caso concreto.

Sucede, porém, que toda esta avaliação e apreciação apenas tem cabimento como forma de fixar a pena, com a maior objetividade possível, entre o limite mínimo e o limite máximo previstos na norma sancionatória.

Ora, no caso concreto, no que à Lei Antidopagem diz respeito (Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) essa margem de apreciação não existe, porquanto a mesma, à revelia de alguns princípios fundamentais, fixa a moldura aplicável em dois anos de suspensão (portanto, sem qualquer margem de discricionariedade, para que o decisor, entre o limite máximo e o mínimo, ajuste a pena às circunstâncias do caso concreto), acrescida das sanções acessórias de invalidação do resultado individual obtido na prova e da anulação dos resultados obtidos nas competições em que o atleta participou após a recolha da amostra.

Ora, com esta formulação, salvo em raras exceções, o decisor é relegado à categoria de mero nuncio, que fixa ao Arguido, no final do processo, a pena de suspensão que no início do mesmo já lhe está anunciada.

Mostram-se, portanto, no que à Lei Antidopagem diz respeito, despidiendos quaisquer cometários ou avanços para justificar a fixação da pena concreta, dado que, como se viu, a mesma resultará igual, independentemente do que se diga e prove a este respeito.

Sobeja, unicamente, a pena de multa, prevista no Regulamento Antidopagem da UVP/FPC, que, podendo ser fixada entre os €1.500 e os €3.000, importará definir em concreto e, como tal, precedentemente, definir os critérios que sustentaram tal fixação.

Como se viu, o Arguido agiu com dolo e de forma premeditada. Tinha consciência do ilícito que praticava e, ainda assim, reuniu um conjunto de circunstâncias que lhe permitiram levar avante os seus objetivos ilícitos.

Será ainda de notar que a substância acusada, *Esteróides Anabólicos Naturais*, é consabidamente conhecida por potenciar o desempenho desportivo, nomeadamente, através do ganho que permite em termos de capacidade muscular. Desta forma, seguramente o Arguido conseguiu uma vantagem competitiva perante os restantes atletas, acabando assim por falsear a verdade desportiva, facto que não pode deixar de ser veementemente repudiado nesta sede.

Desta forma, estamos em crer que o dolo que, perante a prova realizada, é imputável ao atleta, deve ser considerado muito grave.

A favor do Arguido deverá ser tido em linha de conta que prescindiu da análise à amostra B, contribuindo assim para a celeridade processual.

Será ainda de ponderar na medida da pena a circunstância deste ter confessado a infração, ter demonstrado um arrependimento sincero, ser primário e não se tratar de um ciclista profissional.

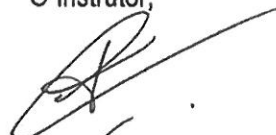
46
E, também não será de descurar a situação sócio-económica pouco estável em que este se encontra – dado que vive num agregado familiar composto por três pessoas, sendo que auferia um rendimento mensal de €485 e, com ele, suporta as despesas com o empréstimo e manutenção da casa, pelo que, é de crer que pouco lhe sobeja.

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos (artigo 61.º n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), acrescida da invalidação do resultado obtido na prova "Campeonato Nacional de Veteranos" (artigo 69.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho), da anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 20 de Maio de 2012 (artigo 71.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho) e, ainda, de uma sanção pecuniária, que atentas as circunstâncias do caso concreto se fixa em €1.500 (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos.

Lisboa, 15 de Abril de 2013

O Instrutor,



(Tito Crespo)